

SONEGAÇÃO

**R\$ 417 BI
SONEGADOS
SÓ EM 2014**

Página 7

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN
Ano XIV nº 905

Central Sindical e Popular - Conlutas
21 de setembro de 2015

AULAS

**UNIVERSIDADE
CONFIRMA
CALENDÁRIO**

Página 6

QUEM PAGA A CRISE

Pacote ameaça a UFRJ

Se o fim do abono permanência – proposto dentro do pacote de ajuste fiscal do governo – for aprovado, a UFRJ poderá assistir a uma corrida às aposentadorias de cerca de 2,7 mil servidores, dos quais 670 professores. Os números foram informados pelo reitor Roberto Leher no Consuni.

Página 8

Valter campanato/Agência Brasil - 14/09/2015



PACOTAÇO. Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento) anunciam as medidas, sob a marca "Brasil – Pátria Educadora". Ironia.

Ataque ao funcionalismo

Reajustes

Pacote propõe congelamento de salários até agosto de 2016.

Concursos

Proposta suspende concursos públicos para os três poderes.

Abono

Eliminação do abono permanência é outro item do pacote.

Página 3

Andes-SN insiste na negociação | SPF: paralisação no dia 23

Páginas 4 e 5

Página 3

Editorial

O governo federal anunciou, no último dia 14, diversas medidas que aprofundam o ataque aos direitos sociais. Dando sequência a um projeto que utiliza o cenário de crise para aumentar o poder do setor privado, o Ministro da Fazenda, em conjunto com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, anunciou o aumento de cortes orçamentários, desta vez referentes ao ano de 2016, que somam 26 bilhões de reais distribuídos de maneira seletiva em gastos sociais tais como saúde, moradia e condições de trabalho do servidor público.

Como tem sido denunciado e combatido pela Adufrj-SSind, o projeto de precarização de nosso trabalho está ligado a uma lógica de cortes de direitos dos cidadãos, que são substituídos, aos poucos, por oferta de serviços privados.

Especificamente, as consequências dos cortes anunciados para a Educação Pública são drásticas e aprofundam sobremaneira a crise que as universidades já têm vivido. Em primeiro lugar, o adiamento de possível reajuste salarial dos servidores para agosto de 2016 reforça a política de rebaixamento salarial anunciada pelo Ministério do Planejamento desde o início do

ano, após reunião com o Fórum dos Servidores Públicos Federais, na qual foi declarada a meta de diminuição da proporção da folha de pagamentos salariais em relação ao PIB. Uma medida como esta beneficia ainda mais o setor privado da educação, que continua achatando os salários de seus professores e, no longo prazo, também comprometerá o regime de dedicação exclusiva dos servidores públicos, ameaçando o caráter público das universidades na medida em que as professoras e os professores universitários não poderão se dedicar de maneira adequada, pública, ao ensino, pesquisa e extensão, precisando recorrer a mais de um emprego para compor seu salário mensal, ampliando sua carga de trabalho e precarizando toda a cadeia de ensino a exemplo do que já acontece hoje, com os colegas do ensino básico de todo país.

Em segundo lugar, o anúncio do fim do abono permanência representa um empurrão para a aposentadoria de milhares de servidores experientes em todo o país. Estes profissionais são fundamentais para a garantia do funcionamento de seus locais de trabalho no curto e no médio prazos. No caso da universidade pública, professores e trabalhadores técnicos-

administrativos que possuem longa e profunda ligação com a instituição serão colocados em uma situação bastante delicada que forçará a maioria, senão a totalidade, a abandonar de forma precoce suas atividades. Somente na UFRJ, de imediato, mais de 600 professores (algo próximo a 15% dos professores concursados) e mais de dois mil profissionais técnicos-administrativos deverão ser atingidos por esta medida. Além dos problemas apresentados, esta decisão política do governo federal representa um descaso com as trabalhadoras e com os trabalhadores que, por décadas, ajudaram, com muito esforço e dedicação, a construir um patrimônio público indispensável a toda a sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, foi anunciada a suspensão de concursos públicos para 2016. Temos denunciado a não realização de concursos desde o início do ano e a ampliação desta prática é bastante preocupante. A aposentadoria em massa que pode ser ocasionada pelo fim do abono permanência, somada à já precarização das condições trabalho advindas da expansão sem planejamento adequado feita na última década, coloca o funcionamento da universidade em xeque! Ou deverão os professores absorver todas as tarefas pendentes, com salas mais lotadas,

maior carga de orientação de trabalhos, maior dificuldade de acompanhamento pedagógico adequado aos estudantes, fatores de precarização do trabalho que contribuirão, inclusive, para o aumento do adoecimento docente devido à piora das condições de trabalho, isto é, um aprofundamento de um processo que vem ocorrendo há anos, mas agora de forma ainda mais acelerada. Ou poderão os professores serem contratados pelas famigeradas Organizações Sociais, que foram autorizadas pelo STF no início do ano, como denunciávamos várias vezes, e que representam o início do fim da carreira pública de professor universitário!

Acreditamos, entretanto, que há uma terceira opção: lutar! A luta dos professores sempre foi fundamental para manter e melhorar o funcionamento das universidades públicas brasileiras. Os próximos anos seguirão muito duros para a educação pública e deveremos nos posicionar de forma cada vez mais firme e clara contra esta política perversa que tem como pano de fundo o desmonte do serviço público brasileiro! Seguiremos apoiando, organizando e construindo as lutas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

■ REPÚDIO AO PACOTE

Protesto contra o ajuste fiscal em SP

No último dia 18, um ato intitulado Marcha Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras, em São Paulo (SP), protestou contra o ajuste fiscal, do governo federal. Durante toda a passeata, as entidades manifestaram-se contra a presidenta Dilma Rousseff; o presidente da Câmara dos Deputados,

Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o vice-presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Luiz Carlos Prates, conhecido como Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, informou que essa manifestação foi “uma vitória dos trabalhadores”. Ele acredita que é preci-

so construir uma alternativa dos trabalhadores para a crise.

A organização da marcha estimou que 15 mil pessoas participaram da manifestação. A Polícia Militar não divulgou estimativa.

De acordo com a central sindical CSP-Conlutas, as organizações que con-

vocam o ato afirmam “que não há diferença entre o governo do PT e a oposição de direita nos ataques recentemente perpetrados aos trabalhadores, entre eles, o ajuste fiscal, o PPE (Plano de Proteção ao Emprego), o projeto das terceirizações e as medidas provisórias 664 e 665”. (Fonte: Agência Brasil)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368
Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro **1º Vice-Presidente:** Luciana Boiteux **2º Vice-Presidente:** Cleusa Santos **1º Secretário:** José Henrique Sanglard **2º Secretário:** Romildo Bomfim **1º Tesoureiro:** Luciano Coutinho **2º Tesoureira:** Regina Pugliese
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJR-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecilia Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gondal; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiária** Samantha Su **Tecnologia da Informação:** Renato Souza **Tiragem** 4.100 **E-mails:** adufjr@adufjr.org.br e secretaria@adufjr.org.br **Redação:** comunica@adufjr.org.br **Cadernos Adufrj:** revista@adufjr.org.br **Diretoria:** diretoria@adufjr.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufjr.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufjr.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

REPÚDIO AO PACOTE

SPF realizam paralisação nacional em 23 de setembro

Suspensão dos concursos públicos federais, adiamento do (reduzido) reajuste — de janeiro para agosto de 2016 —, e retirada do abono permanência motivam a reação dos servidores contra o governo

Haverá manifestação em Brasília

Diante do novo pacote de ajustes apresentado pelo governo federal, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais definiu, em reunião realizada na noite de terça-feira (15), pela realização de um dia nacional de paralisação do serviço público em 23 de setembro. Haverá atividades radicalizadas nos estados e manifestação em Brasília.

Foi consenso no Fórum, composto por 23 entidades nacionais do funcionalismo federal, a rejeição aos novos cortes anunciados, que retiram mais direitos dos trabalhadores, com adiamento dos reajustes dos salários dos servidores (já abaixo da inflação), e congelam a realização de concursos públicos.

O Fórum dos SPF irá encaminhar um manifesto público de rejeição ao pacote de ajustes a ser encaminhado à Pre-



Andes-SN - 15/09/2015

Reunião do Fórum dos SPF contou com a participação de 63 dirigentes, representando 19 das 23 entidades nacionais

sidência da República e aos presidentes da Câmara e do Senado e amplamente divulgado à sociedade, apontando

saídas para a crise fiscal, como a auditoria da dívida pública e a taxação de grandes fortunas, que não retirem

direitos dos trabalhadores.

A reunião do Fórum dos SPF contou com a participação de 63 dirigentes, representantes de

19 das 23 entidades nacionais que compõem esta instância. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

OS NOVOS ATAQUES AOS SERVIDORES

Samuel Tosta - 25/08/2015

Suspensão dos concursos de 2016

Entre as medidas propostas pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda, está a suspensão de concursos públicos para os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o que implicará em redução de R\$ 1,5 bilhão nos gastos do governo. Os concursos autorizados em 2015 estão mantidos. O esforço fiscal previsto não engloba as empresas estatais (como o Banco do Brasil).

Adiamento do reajuste

Por meio de projeto de lei, o governo vai propor ao Congresso o adiamento do reajuste do salário dos servidores do Executivo em 2016, de janeiro para agosto. A medida, a ser negociada com os sindicatos das categorias, reduzirá em R\$ 7 bilhões o gasto com essa despesa obrigatória.

Fim do abono de permanência

Outra medida apresentada, que depende de aprovação pelo Congresso Nacional de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), é a eliminação do Abono de Permanência, equivalente a 11% do salário pago ao servidor em condições de se aposentar, mas que continua trabalhando. O fim do abono reduz em R\$ 1,2 bilhão a despesa obrigatória do governo. Atualmente, há 101 mil servidores nessa condição no Poder Executivo, com previsão de mais 123 mil nos próximos cinco anos.



Os trabalhadores não vão pagar pela crise

Andes-SN apresenta novos elementos para negociação

Objetivo é avançar no sentido da proposta de carreira defendida pelo Sindicato, mesmo partindo do piso atual

Documento foi protocolado pelo movimento docente no último dia 18

O Comando Nacional de Greve dos docentes federais do Andes-SN protocolou no Ministério da Educação, na manhã de sexta (18, dia do fechamento desta edição), novos elementos para a negociação da carreira e salários da categoria. “O governo está intransigente, orientado pela política de ajuste fiscal, mas nós não podemos aceitar que o peso da crise recaia sobre os professores, servidores e a população. Por isso, precisamos de algumas garantias que protejam os nossos salários”, afirmou Paulo Rizzo, presidente do Sindicato Nacional.

O CNG/Andes-SN condiciona a possibilidade de acordo financeiro com vigência para 2016 e 2017 à aceitação, pelo governo, de promover reestruturação inicial da malha salarial dos docentes com parâmetros definidos em termo de acordo e fixados em lei, tendo como referência o índice de 19,7% já aprovado

pelos assembleias de base da categoria. O Ministério do Planejamento (MPOG), por sua vez, quer montar um comitê provisório para discutir o assunto e jogar para 2020 qualquer tentativa de mexer na carreira.

A longo prazo, o movimento reivindica: carreira única do magistério federal, um único cargo, uma linha só no contracheque, com incorporação da RT, fim de classes e existência apenas de níveis com degraus constantes entre eles, com possibilidade de todos os professores se desenvolverem até o último nível da carreira dentro da faixa salarial correspondente à sua titulação, entre outras questões. Porém, na negociação atual da malha salarial, está sendo trabalhada, ainda, a existência das duas carreiras, com classes e níveis e com VB e RT. Considerando-se que ainda existem classes e níveis, a ideia é negociar degraus, buscando elevar a relação entre piso e teto para cada regime de trabalho.

Neste sentido, o movimento avalia que não convém, no momento, reivindicar como piso gerador dessa futura tabela o salário mínimo do Dieese, de R\$ 3.258,16 (valor de agosto de 2015), conforme consta

na proposta de carreira do Andes-SN. Para a atual negociação de reestruturação da malha salarial, deve-se partir do valor do VB para classe A, Auxiliar (MS), DI (EBTT) nível 1: R\$ 2.018,77

O objetivo seria buscar a superação dos achatamentos vertical e horizontal atuais — observados nas tabelas 1 e 2 (veja quadro) —, pois, quanto maior for o piso, menores serão as possibilidades para as correções das distorções existentes, mantendo o mesmo impacto orçamentário.

No documento protocolado no MEC, é exigido também que os termos de instituição de Grupo de Trabalho proposto pelo governo para tratar da carreira garantam o tratamento das questões estruturantes da proposta do Andes-SN, conforme acordado com a SESU em abril de 2014.

Reivindica-se que, a partir de 01/01/2016, o VB para DE corresponda a 1,55 vezes o de 40h e que isto conste de acordo e de lei (veja simulação para 2016 nesta página). E que se avance progressivamente na relação entre os VB de 40h e de 20h, até que o de 40h corresponda ao dobro do de 20h.

Qualquer proposta de

acordo será submetida à apreciação e deliberação das assembleias. Evitou-se, por enquanto, tratar da reorganização da RT, pois suas distorções são muito complexas. A opção adotada é estabelecer uma elevação do peso do VB na composição da remuneração, com vistas ao tratamento da titulação futuramente.

Greve completou 110 dias

Os pontos foram aprovados nas assembleias de base dos professores, com a cobrança ao governo de retomada de diálogo em torno da pauta específica da greve. O objetivo é superar o impasse que levou à paralisação, que completou 110 dias em 17 de setembro.

A diretriz inicial é a seguinte: o percentual negociado com o governo deverá ser aplicado à reestruturação da carreira docente, garantida a paridade entre ativos e aposentados, tendo em vista avançar em relação aos princípios e à concepção de reorganização da carreira defendida pelo Andes-SN.

Até o momento, o governo ofereceu: 5,5% em 01/01/2016 (o que pretende transferir para agosto) e 5,0% em 01/01/2017. O resultado é um índice acumulado de 10,78%, abaixo da inflação prevista para o período.

Carreira atual sofre duplo achatamento salarial

A tabela 1 é composta pelos valores atuais do Vencimento Básico das carreiras do Magistério Superior e da EBTT, nos três regimes de trabalho, 20 horas, 40 horas e Dedicção Exclusiva. Informa, para cada regime, a relação existente entre o teto e a base, isto é, entre o maior e o menor valor, sendo esta relação, de 1,5 para 20h, 1,55 para 40h e 1,67 para DE. Há, portanto, um achatamento vertical da tabela. Na proposta do Andes-SN, com degraus fixos de 5%, esta relação seria constante de 1,8.

No que diz respeito à relação entre regimes de trabalho, os resultados são diferenciados, com média de 1,43 entre 20h e 40h e média de 1,48 para DE. Observa-se, portanto, também um achatamento horizontal, que atinge os regimes de 40h e o de Dedicção Exclusiva. Isso significa que a reestruturação da malha salarial tem que enfrentar este duplo achatamento. Na proposta do Andes-SN, o VB do 40h seria igual a duas vezes o de 20h e o do DE seria igual a 1,55 vezes o de 40h.

No que diz respeito às relações entre regimes de trabalho, a maior defasagem pode ser observada quando se olha para a coluna do VB de 40h, cujos valores estão muito afastados do que deveriam ser: o dobro dos valores em 20h. Já para os valores do VB no regime de DE em relação aos valores em 40h, verifica-se que estes estão mais próximos do que é defendido pelo Sindicato.

O desafio é a elevação dos valores do Regime de 40h, o que requer uma elevação da média de 1,43, demandando um processo progressivo no tempo.

A tabela 2 informa a variação entre cada nível e entre cada classe, que é bastante aleatória, sendo a menor de 0,15% e a maior de 21,9% (destacadas na tabela). Observa-se, em cada regime de trabalho, que as diferenças entre níveis, ainda que sem critérios claros, é inferior às diferenças entre classes. O maior salto ocorre entre C, Adjunto (MS) DIII nível 4 (EBTT) e D, Associado (MS) DIV (EBTT) nível 1: 9,59% no regime de 20h, 13,89% no regime de 40h e 21,9% no regime de DE. Está posto, então, que é preciso apresentar uma proposta que reduza significativamente tal diferença e eleve as que se encontram muito baixas progressivamente.

Tabela 1 Valores atuais dos vencimentos básicos das carreiras do magistério superior e da EBTT e as relações existentes entre piso e teto e entre regimes de trabalho

Magistério Superior		EBTT		20 horas	40 horas		Dedicção Exclusiva	
Classe	Denominação	Classe	Níveis		Valor	Relação com 20h	Valor	Relação com 40h
E	Titular	Titular	único	3.019,13	4.355,79	1,44	6.684,00	1,53
D	Associado	DIV	4	2.900,70	4.206,37	1,45	6.454,52	1,53
			3	2.842,65	4.133,87	1,45	6.342,60	1,53
			2	2.785,73	4.063,45	1,46	6.232,15	1,53
			1	2.729,93	4.055,87	1,49	6.222,60	1,53
C	Adjunto	DIII	4	2.491,01	3.561,24	1,43	5.104,69	1,43
			3	2.466,35	3.526,47	1,43	5.054,15	1,43
			2	2.441,93	3.442,05	1,41	5.004,11	1,45
				2.347,75	3.277,97	1,4	4.954,56	1,51
B	Assistente	DII	2	2.197,96	3.162,10	1,44	4.504,15	1,42
			1	2.176,19	3.067,48	1,41	4.459,55	1,45
A	Auxiliar	DI	2	2.060,86	2.907,08	1,41	4.054,14	1,39
			1	2.018,77	2.814,01	1,39	4.014,00	1,43
Relação teto e piso				1,5	1,55		1,67	
Média das relações entre regimes						1,43		1,48

Tabela 2

Magistério Superior		EBTT		20 horas		40 horas		Dedicção Exclusiva		Variação Média
Classe	Denominação	Classe	Níveis	VB	Variação percentual	VB	Variação percentual	VB	Variação percentual	
E	Titular	único	único	3.019,13	4,08	4.355,79	3,55	6.684,00	3,56	3,73
D	Associado	DIV	4	2.900,70	2,04	4.206,37	1,75	6.454,52	1,76	1,85
			3	2.842,65	2,04	4.133,87	1,73	6.342,60	1,77	1,85
			2	2.785,73	2,04	4.063,45	0,19	6.232,15	0,15	0,79
			1	2.729,93	9,59	4.055,87	13,89	6.222,60	21,90	15,13
C	Adjunto	DIII	4	2.491,01	1,00	3.561,24	0,99	5.104,69	1,00	1,00
			3	2.466,35	1,00	3.526,47	2,45	5.054,15	1,00	1,48
			2	2.441,93	4,01	3.442,05	5,01	5.004,11	1,00	3,34
			1	2.347,75	6,81	3.277,97	3,66	4.954,56	10	6,83
B	Assistente	DII	2	2.197,96	1,00	3.162,10	3,08	4.504,15	1,00	1,7
			1	2.176,19	5,6	3.067,48	5,52	4.459,55	10	7,04
A	Auxiliar	DI	2	2.060,86	2,08	2.907,08	3,31	4.054,14	1,00	2,13
			1	2.018,77		2.814,01		4.014,00	Média Geral	3,6

Simulação 2016

Magistério Superior		EBTT			20 horas		40 horas		DE	
Classe	Denominação	Classe	Níveis	Degraus	VB 2016	Reajustes	VB 2016 (1,5 x 20h)	Reajustes	VB 2016 (1,55 x 40h)	Reajustes
E	Titular	Titular	único	6	3.319,93	9,96	4.979,89	14,33	7.718,83	15,48
D	Associado	DIV	4	3	3.132,01	7,97	4.698,01	11,69	7.281,92	12,82
			3	3	3.040,78	6,97	4.561,18	10,34	7.069,83	11,47
			2	3	2.952,22	5,98	4.428,33	8,98	6.863,91	10,14
			1	9	2.866,23	4,99	4.299,35	6	6.663,99	7,09
C	Adjunto	DIII	4	3	2.629,57	5,56	3.944,35	10,76	6.113,74	19,77
			3	3	2.552,98	3,51	3.829,47	8,59	5.935,68	17,44
			2	3	2.478,62	1,5	3.717,93	8,02	5.762,79	15,16
			1	6	2.406,43	2,5	3.609,64	10,12	5.594,94	12,93
B	Assistente	DI	2	3	2.270,22	3,29	3.405,32	7,69	5.278,25	17,19
			1	6	2.204,09	1,28	3.306,14	7,78	5.124,52	14,91
A	Auxiliar	DI	2	3	2.079,33	0,9	3.119,00	7,29	4.834,45	19,25
			1		2.018,77	-	3.028,16	7,61	4.693,65	16,93
Relação entre teto e piso constante					1,64		1,64		1,64	
Reajustes médios						4,19		9,17		10,96

MEC se desresponsabiliza... de novo!

Assim como no último dia 18, também no final de agosto, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN protocolou uma carta na qual são apresentados os elementos centrais (Defesa do Caráter Público da Universidade; Condições de Trabalho; Garantia de autonomia; Reestruturação da Carreira e Valorização Salarial de Ativos e Aposentados) para negociação da pauta de reivindicações da greve dos docentes.

Dos três compromissos acima citados, a SESU/MEC enviou ao Andes-SN o ofício 108/15 na última segunda-feira, 14 de setembro. O documento reitera a política do governo federal em relação à universidade e à educação pública.

No que se refere à Defesa do Caráter Público da Universidade, a concepção que se expressa no documento a partir da reafirmação do Regime Jurídico Único como forma de contratação, contraditoriamente, é acompanhada da apresentação e defesa do Projeto de Lei Complementar 77 de 2015 – Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (antigo Projeto de Lei 2.177 de 2011, em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 85 de 2015), que avança na consolidação das Parcerias Público-Privadas (PPP) na área de Ciência e Tecnologia. O mesmo PLC é defendido pela SESU/MEC como dispositivo para garantia da atuação “autônoma” da universidade, o que, mais uma vez, evidencia que a definição de “autonomia universitária”, feita pelo governo, na verdade é a ressignificação do público pela consolidação dos mecanismos de privatização. O secretário da SESU/MEC afirmou, ainda, a posição do governo favorável à Proposta de Emenda à Constituição 395/2014 que visa regularizar o ensino pago em instituições em cursos como especialização, aperfeiçoamento e outros.

Embora em reunião de 3 de setembro o secretário tenha afirmado a existência de 4.090 vagas para docentes, 150 para cargo de titular livre e 5.091 para Servidores Técnicos Administrativos (STA), já aprovadas em lei, não foi apresentado o cronograma de concurso para essas vagas, nem se fez referência ao Projeto de Lei 6.244/2013, em tramitação no Congresso Nacional, que cria 5.320 cargos de docentes e 3.985 de STA.

Diante do anúncio do pacote de austeridade do governo, o qual se deu no mesmo dia em que o ofício foi entregue, o CNG-Andes-SN avalia que a ausência da informação das vagas de concurso no documento da SESU/MEC já aponta para os efeitos diretos desse anúncio para a universidade. Essa determinação deve ser agravada pela proposta de eliminação do Abono de Permanência, que deve induzir o aumento do número de pedidos de aposentadoria. Tal situação intensifica as condições objetivas de precarização para justificar, por parte do governo, a adoção de medidas privatistas, como a contratação de docentes e técnicos via OS, como forma de sanar o déficit de servidores. Importante destacar que no documento do MEC não consta nenhuma posição contrária ao uso deste dispositivo.

Sobre a Valorização Salarial de Ativos e Aposentados, a secretaria afirma que a matéria deve ser tratada no âmbito do MPOG.

Quanto à Reestruturação da Carreira, o documento indica apenas o suposto empenho em construir uma agenda para debater as questões conceituais, sem apresentar nenhuma proposta concreta para o início do diálogo. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

UFRJ

Calendário está confirmado

Consuni aprova indicações do CEG para reposição de cinco semanas e início conjunto para o próximo semestre

Exceções precisam ser formalizadas

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O Conselho Universitário do dia 17, em sessão extraordinária, bateu o martelo sobre o calendário acadêmico de 2015 e de 2016. A primeira diretriz é que haverá cinco semanas (14 de setembro a 17 de outubro) para reposição de conteúdos e avaliações de 2015/1, semestre letivo interrompido pelas greves dos segmentos da UFRJ.

Com dois votos contrários e uma abstenção da bancada estudantil, os conselheiros acompanharam o parecer da Comissão de Ensino e Títulos (CET) do próprio colegiado. Foram acatadas as indicações do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) já divulgadas na edição anterior do **Jornal da Adufrj**, mas estendendo os prazos também para a pós-graduação.

Foi aprovada, ainda, a agenda unificada, para toda a universidade, de início do segundo semestre de 2015 (2015/2) em 26 de outubro e término em 18 de março de 2016, com recessos de fim de ano (entre 21 de dezembro e 3 de janeiro) e de carnaval (de 6 a 13 de fevereiro). As férias foram confirmadas entre de 23 de março a 2 de abril. E o primeiro período de 2016 ficou entre 4 de abril e 6 de agosto, véspera das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

A decisão, contudo, contemplou o pedido de flexibilização do período de reposição apresentado pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), formado pelos decanos

e integrantes da reitoria. “Embora seja um órgão consultivo, ele (o CSCE) considerou que há unidades com situações diferenciadas (em relação à greve), com maior, menor ou nenhuma adesão”, frisou o reitor Roberto Leher. O resultado é que a conclusão de 2015/1 pode ser enxugada em até três semanas.

Estudantes votaram contra

Os discentes avaliaram negativamente a flexibilização do período destinado à reposição. “No Direito (FND), tem prova final prevista para a terceira semana (da volta às aulas)”, afirmou Leonardo Guimarães. O estudante cobrou a fiscalização dos conselhos superiores para que as exceções não sejam banalizadas. “A redução para três semanas não pode ficar a critério da simples vontade de um diretor de unidade. Tem que haver uma justificativa e o respeito ao debate com os estudantes”.

“Na prática, o que vai acontecer é que todos darão apenas as três semanas”, criticou Helena Martins. A estudante ressaltou ainda que, com o semestre reduzido, a tendência será um grande número de trancamentos, com a perda do semestre pelos estudantes grevistas.

O pró-reitor de Graduação (PR-1) da UFRJ, Eduardo Serra, argumentou que a resolução é clara no sentido do respeito às cinco semanas. As exceções, como as já apresentadas pelos cursos de Medicina do Rio de Janeiro e Macaé (com calendário mais extenso), segundo o dirigente, obrigatoriamente “têm de passar pela Congregação e reunião de Centro”, antes de serem remetidas ao CEG. “Temos salvaguarda dos colegiados”, afirmou.



Eduardo Serra: flexibilizações precisam passar pelos colegiados

Silvana Sá - 29/07/2015

CALENDÁRIO

Reposição de 2015/1

14 de setembro a 17 de outubro

Matrículas e inscrições em disciplinas para 2015/2

13 a 28 de outubro

Segundo semestre (2015/2)

26 de outubro de 2015 a 18 de março de 2016

Férias

21 de março a 2 de abril

Primeiro semestre letivo de 2016

4 de abril a 6 de agosto

Praga

A decania do CFCH foi interdita por dois dias (17 e 18) para aplicação de veneno antipulgas. Segundo a decana Lília Pougy, a presença expressiva de gatos e gambás contribuiu para proliferação da praga no campus da Praia Vermelha. Para que o veneno fosse aplicado, a sede da decania foi temporariamente transferida para Escola de Serviço Social.



Segundo decisão do Consuni, após exame dos colegiados, calendário de reposição das unidades pode ser enxugado em até três semanas

Elisa Monteiro - 17/09/2015

REPÚDIO AO PACOTE

Caos anunciado na UFRJ

Pacote do governo pode causar corrida às aposentadorias de aproximadamente 2,7 mil servidores na universidade, sendo 670 professores. Entre os técnicos, o número representa 40% do quadro

Samuel Tosta - 25/06/2015

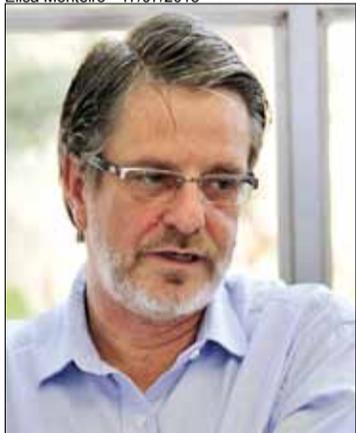


“O trabalho do professor universitário federal está seriamente ameaçado”

”

Cláudio Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind

Elisa Monteiro - 17/07/2015



“Vemos com enorme preocupação as medidas anunciadas em nome de ajuste de contas públicas”

”

Roberto Leher
Reitor da UFRJ

Consuni aprova moção contrária às medidas de ajuste fiscal

Elisa Monteiro
elisamonteiro@adufrj.org.br

Silvana Sá
silvana@adufrj.org.br

Se o governo conseguir aprovar, no Congresso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para acabar com o abono de permanência do funcionalismo, a UFRJ poderá perder até 2,7 mil servidores efetivos (sendo 670 professores) em uma muito provável corrida às aposentadorias. O número foi informado pelo próprio reitor Roberto Leher, durante a sessão do último Conselho Universitário, em 17 de setembro.

O problema seria agravado pela também anunciada suspensão dos concursos públicos para 2016: “Vemos com enorme preocupação as medidas anunciadas em nome de ajuste de contas públicas”, observou Leher. Foi aprovada pelos conselheiros uma moção que destaca o significado da possível perda de profissionais de alta qualificação para a instituição.

O documento conclama o governo federal a reavaliar a decisão que, caso concretizada, acarretaria graves prejuízos às universidades brasileiras, “inviabilizando o pleno funcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão da educação pública federal”.

“Com essas medidas, os efeitos dos drásticos cortes orçamentários das Federais e dos órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia serão ainda mais acentuados, colocando em risco

a formação de milhares de jovens e o próprio futuro da ciência no Brasil. É uma opção que ameaça o presente e o futuro democrático da nação com consequências em todas as esferas da vida”, alerta, ainda, a nota.

Segundo dados da PR-4 (de maio deste ano), entre os docentes, apenas 58 iriam se aposentar compulsoriamente em 2016, ao completar 70 anos.

Para Adufrj-SSind, um processo violento

Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, criticou esse novo conjunto de retiradas de direitos dos servidores públicos federais. “É mais um processo violento que afeta diretamente os trabalhadores. Em caso de aprovação, não sei sinceramente como a universidade irá funcionar”, disse.

O dirigente argumentou que, embora terrível, o novo pacote anunciado não é incoerente com o projeto anunciado desde o começo do ano pelo governo federal. “Esta é mais uma tentativa de reduzir o percentual da folha de pagamento do funcionalismo em relação ao PIB. Algo apontado pelo MPOG já desde a primeira reunião com os servidores”.

Ribeiro explicou: “A combinação de não abertura de concursos, corte nos abonos, corrida às aposentadorias gerará um enorme déficit de docentes. E nos causará outro problema: não teremos margem para contratar professores substitutos. Isto, na nossa avaliação, tentará empurrar a universidade para a contratação por meio de organizações sociais (OS), que desonera a folha de pagamento do governo. A tentativa de retirada dos 26% também ia nessa direção, mas conseguimos barrar o processo aqui na UFRJ”, lem-

brou o dirigente.

Outro problema apontado, que vem a reboque do pacote anunciado, diz respeito ao regime de contratação de pessoal docente. “Este processo pode também forçar que o banco de professores equivalentes não priorize o regime de Dedicção Exclusiva para tentar dar conta das inúmeras vagas geradas por conta da corrida às aposentadorias. O trabalho do professor universitário federal está seriamente ameaçado”.

A diretoria da Adufrj-SSind divulgou nota, na segunda página desta edição, sobre o assunto.

Sintufrj também reage ao pacote

Presente à sessão do Consuni, o coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis endossou as preocupações. De acordo com a projeção do sindicato, cerca de 40% da categoria já teriam condições de requerer a aposentadoria. “O risco é de um esvaziamento real da universidade”, disse. “É a sinalização do caos”.

“Ao retirar o abono permanência dos trabalhadores, poderemos ter uma avalanche de aposentadorias, já que temos aproximadamente 40% (da categoria) prontos a entrar com seu processo”, diz trecho de um ofício entregue à reitoria no dia 17.

As medidas de ajuste fiscal, segundo o dirigente, acirram mais o processo de negociação com o governo: “Houve recuo em pontos que já haviam sido negociados na reunião setorial do MPOG com a Fasubra. Além disso, o pacote de medidas retira direitos conquistados. Nossa próxima assembleia avaliará a situação, mas a tendência é que fique ainda mais difícil o processo de negociação”, declarou.

670
professores e
2.100

técnicos-administrativos recebem o abono permanência

Entre os docentes, apenas

58

iriam se aposentar compulsoriamente em 2016, ao completar 70 anos.

Elisa Monteiro - 17/09/2015



“Ao retirar o abono permanência dos trabalhadores, poderemos ter uma avalanche de aposentadorias”

”

Francisco de Assis
Coordenador-geral do Sintufrj

Dívida Pública em debate

O “Sistema da Dívida Pública no Brasil e na Grécia” é o tema da palestra que será proferida na UFRJ, nesta terça-feira (22/9), por Maria Lucia Fattorelli, auditora da Receita Federal e coordenadora do Movimento da Auditoria Cidadã da Dívida.

Em sua exposição, a especialista vai explicar o que é a dívida pública brasileira, como ela foi contraída e de que maneira impacta o orçamento destinado a áreas como educação e saúde. O evento marca

o lançamento do Núcleo Pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública da UFRJ, que está sendo constituído no âmbito da Pró-reitoria de Extensão (PR-5), com a participação de docentes, alunos e técnicos-administrativos.

A palestra ocorrerá às 9h30m, no auditório Rodolfo Paulo Rocco (Quinhenção), Bloco K do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Avenida Carlos Chagas Filho, 373, Cidade Universitária. (Fonte: UFRJ)

TAE avaliam greve nesta quarta

Os técnico-administrativos da UFRJ reúnem-se neste dia 23 para avaliar os rumos do movimento grevista na universidade. Os trabalhadores deverão apreciar as indicações do Comando Nacional de Greve da Fasubra, que se reúne no dia 21, para avaliar a resposta do governo à contraproposta da categoria.